

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.217 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 8 DE DEZEMBRO DE 2000

Autorizada recompensa por bens encontrados no mar

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto que prevê pagamento pela União a pesquisadores e exploradores brasileiros ou estrangeiros de até 40% do valor de bens encontrados submersos em águas do país. A legislação atual permite a

pesquisa submarina apenas a brasileiros e determina que os bens resgatados são de propriedade da União, o que estaria estimulando a pirataria. O texto aprovado, originário da Câmara dos Deputados, vai agora à sanção presidencial.

PÁGINA 9

Senado votará logo propostas que garantem aumento do salário mínimo

Os três projetos de combate à sonegação aprovados pela Câmara deverão ser apreciados já na próxima semana pelos senadores.

O anúncio foi feito pelo líder do governo, José Roberto Arruda, que acertou com as demais lideranças a tramitação em regime de urgência das matérias, consideradas indispensáveis para permitir o aumento do piso salarial para R\$ 180.

Ele acrescentou que os textos não devem ser alterados, a fim de evitar a necessidade de novo exame pelos deputados

PÁGINA 3

CPI vai ampliar investigação sobre os contratos da CBF

CPI do Futebol ouviu o dono da Traffic, empresa que mantém diversos contratos com a CBF. José Hawilla (à direita) reconheceu que a Traffic é dona de outra empresa sediada em um paraíso fiscal

PÁGINA 4



Comissão de Infra-Estrutura acolhe proposta para evitar uso criminoso do celular pré-pago

CI aprova cadastro obrigatório para telefone celular pré-pago

PÁGINA 5

SUBCOMISSÃO PERMANENTE TRATARÁ DA PREVENÇÃO DE DANOS AMBIENTAIS

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura instalou ontem uma subcomissão permanente com a atribuição de estudar medidas de prevenção de acidentes ambientais. A subcomissão é formada por sete senadores.

PÁGINA 5

Parlamentares confrontam depoimentos sobre roubo de cargas

PÁGINA 9



CPI Mista presidida pelo senador Romeu Tuma voltou a São Paulo para confrontar depoimentos

Normas tornam mais seguros os empréstimos bancários

O projeto que cria um sistema de risco de crédito, já enviado à Câmara, foi uma das principais matérias aprovadas nesta semana

O Plenário aprovou nesta semana normas dando segurança aos empréstimos bancários, disciplinando a fixação das taxas dos cartórios e propiciando a criação de uma área de desenvolvimento na foz do rio São Francisco.

Foi enviado à Câmara projeto que cria, no Banco Central, um sistema de risco de crédito com informações que a Receita Federal e as instituições financeiras fornecerão sobre tomadores de empréstimo. O objetivo é reduzir o risco na liberação de crédito, impedindo a concessão de empréstimo a quem não tem condições de pagá-lo.

O Senado também decidiu que os estados e o Distrito Federal fixarão o valor dos emolumentos pagos pe-

los atos notariais e de registro, devendo esses valores corresponder ao efetivo custo e remuneração dos serviços prestados.

Seguiu para deliberação da Câmara projeto dos senadores Maria do Carmo Alves (PFL-SE) e Renan Calheiros (PMDB-AL) que autoriza o Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento e a instituir o Programa Especial de Desenvolvimento da Foz do Velho Chico. O projeto regulamenta dispositivos constitucionais que tratam da formulação de planos regionais de desenvolvimento.

Foi aprovada ainda iniciativa autorizando brasileiros e estrangeiros a explorar bens submersos ou afundados no mar territorial brasileiro.

Pronto para sanção, o projeto estabelece que quem fizer o resgate terá direito a receber até 40% do valor do bem retirado do fundo do mar. Os bens de valor histórico, artístico ou arqueológico ficarão em poder da União.

O Plenário também homenageou o ex-ministro da Educação Gustavo Capanema e aprovou decretos legislativos autorizando ou renovando a concessão para o funcionamento de nove emissoras de rádio. Foi arquivado, a pedido do próprio autor, o requerimento do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que convocava o general Alberto Cardoso, chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República para depor.

Comissão de Assuntos Econômicos aprova correção da tabela do IR

A aprovação de projeto determinando a atualização monetária da tabela do Imposto de Renda foi uma das principais decisões adotadas nesta semana pelas comissões do Senado. De autoria do senador Paulo Hartung (PPS-ES), o projeto aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) propicia redução no IR descontado na fonte e aumenta os limites de dedução por gastos com educação e saúde.

A mesma CAE aprovou projeto de resolução dos senadores Ricardo Santos (PSDB-ES) e Gerson Camata (PMDB-ES) permitindo a aplicação dos royalties antecipados pelo governo federal a estados, Distrito Federal e municípios no abatimento da dívida com a União. Aprovou também projeto concedendo gratuidade para a inscrição no CPF.

Em audiência pública da mesma comissão, o advogado Edilson Galdino Vilela de Souza informou

que 116 milhões de brasileiros têm cadastro negativo na empresa Serasa, que cadastra inadimplentes para clientes públicos e privados.

Em caráter terminativo, a CAE aprovou projeto do senador Osmar Dias (PSDB-PR) permitindo às empresas dedicadas a publicidade e propaganda optar pelo Simples.

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), foi aprovado projeto de Bernardo Cabral (PFL-AM) determinando que, em processos judiciais, o estabelecimento da paternidade dependerá sempre do exame de DNA e prevendo que a união estável de mais de 180 dias, assim como o casamento civil, é fator de presunção de paternidade.

A CCJ também aprovou projeto de Ramez Tebet (PMDB-MS) determinando que a emissão da primeira carteira de identidade seja gratuita; a criação de 70 vagas de defensor público para a União; projeto dan-

do preferência de tramitação a procedimentos judiciais em que seja parte pessoa com mais de 65 anos; e proposta de emenda constitucional dando imunidade tributária a cadernos escolares e ao papel destinado à sua impressão.

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou projeto autorizando as empresas que prestam serviço de terceirização a participar das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (Cipas), desde que prestem serviço no local de trabalho da empresa principal. De autoria da senadora Marina Silva (PT-AC), a matéria segue agora para exame dos deputados.

Já a Comissão Mista de Orçamento aprovou 81 pedidos de novos créditos e de remanejamento de verbas para dezenas de órgãos do Executivo, do Judiciário e do Legislativo, no valor total de R\$ 26,49 bilhões.



AGENDA

SEXTA-FEIRA, 8 DE DEZEMBRO DE 2000

PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa

PREVISÃO PLENÁRIO

Segunda-feira
14h30 - Sessão não deliberativa

Terça-feira

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Hora do Expediente: será destinada a comemorar o centenário do Laudo Arbitral do presidente da Confederação Suíça que fixou as fronteiras entre o Brasil e a Guiana Francesa, pelo qual o Brasil incorporou definitivamente ao seu território cerca de 200 mil quilômetros quadrados.

Pauta: PLC nº 80/96, que obriga as empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo (GLP) ou de gás natural a lacrar os botijões e requalificá-los; PDL nº 40/2000, que aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos Regulares, celebrado entre o governo do Brasil e a Suíça; PDL nº 124/2000, que aprova o texto do Acordo entre os governos do Brasil e do México de Cooperação entre as Academias Diplomáticas de ambos os países; PDL nº 206/2000, que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Cerqueirense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cerqueira César (SP); PR nº 77/2000, que cria, no âmbito do Senado, a Universidade do Legislativo Brasileiro; Requerimento nº 588/2000, da Comissão de Educação, solicitando o sobrestamento da tramitação do PDL nº 18/2000, a fim de aguardar posicionamento do Poder Judiciário sobre a matéria; e Requerimento nº 589/2000, dos senadores Jefferson Péres e Nabor Júnior, solicitando a tramitação conjunta das PECs nºs 44 e 45, de 2000, por regulamentar a mesma matéria.

Quarta-feira

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PDL nº 131/2000, que aprova o texto do Protocolo de São Luiz sobre a Matéria de Responsabilidade Civil Emergente de Acidentes de Trânsito entre os Estados Partes do Mercosul; PDL nº 140/2000, que aprova o texto do Acordo entre os governos do Brasil e da República Cooperativista da Guiana sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico; e PDL nº 182/2000, que aprova o envio de um contingente de peritos eleitorais, oficiais militares de ligação e policiais militares, todos desarmados, os quais ficarão à disposição da Missão das Nações Unidas no Timor Leste (Unimem).

Quinta-feira

10h - Sessão deliberativa ordinária

Eleição da Comissão Representativa do Congresso Nacional.

Pauta: PDL nº 183/2000, que aprova o texto da Convenção Interamericana sobre o Cumprimento de Sentenças Penais no Exterior; e PDL nº 184/2000, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre os governos do Brasil e do Zimbábue.

Sexta-feira

9h - Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

1ª Parte

Pauta: PRSs nºs 75 e 78, de 2000, que alteram a Resolução nº 78/98, do Senado, para suspender, pelo período de 12 meses, o pagamento dos serviços da dívida dos estados de Alagoas e de Pernambuco junto à União; Mensagem nº 215/2000, que solicita ao Senado autorização para a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a US\$ 19,1 milhões, de principal, entre o Brasil e o Hungarian Export-Import Bank, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Modernização de Laboratórios de Educação Profissional, no âmbito do Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep); turno suplementar de discussão do substitutivo oferecido ao PLS nº 601/99, que dispõe sobre a isenção de custos na emissão do CPF para desempregados e cidadãos de baixa renda; PLS nº 123/2000, que estabelece restrições à alteração de lei de diretrizes orçamentárias; PDL nº 181/2000, que aprova a participação do Brasil no Fundo de Meio Ambiente - Global Environment Facility (GEF) Reestruturado, com contribuição inicial equivalente a Direito Especial de Saque (DES) de quatro milhões, de acordo com os termos do Instrumento para a criação do Fundo Reestruturação de Meio Ambiente; PLS nº 37/2000, altera a Lei nº 6.194/74, que dispõe sobre o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres, ou por sua carga, a pessoa transportada ou não, dispondo sobre a distribuição do prêmio arrecadado pelas seguradoras e a orientação ao seguro e vítimas de trânsito; PLS nº 379/99, altera os artigos 15 e 17 do Decreto-Lei nº 73/66, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros; PLS nº 460/99, altera o artigo 20 do Decreto-Lei nº 73/66, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros, para incluir entre os seguros obrigatórios o seguro de garantia das obrigações dos administradores de consórcios; PLS nº 184/99, que dispõe sobre isenção temporária do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente na aquisição de caminhões para transporte de mercadorias e cargas, quando adquiridos por transportadores autônomos; PLS nº 167/99, que dispõe sobre alterações de alíquotas do Imposto de Importação; PLS nº 146/96, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação; entre outros assuntos.

2ª Parte

Exposição do ministro da Saúde, José Serra, acerca da importação de medicamentos genéricos. *Ala Senador Alexandre Costa - sala 19*

Após a Ordem do Dia - Subcomissão do Cinema Brasileiro

Pauta: votação do relatório final. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15*

Quarta-feira

Após a Ordem do Dia - CFI do Futebol

Pauta: depoimento de Ricardo Teixeira, presidente da CBF. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

Brasil 500



JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Senado vota logo projetos contra sonegação

Líder do governo, José Roberto Arruda, anuncia que já acertou com outras lideranças urgência para as propostas, que deverão ser apreciadas na próxima semana. Recursos gerados deverão garantir salário mínimo de R\$ 180

O Senado deve votar na próxima semana os três projetos de combate aos sonegadores, aprovados nesta semana pela Câmara, destinados a gerar arrecadação para financiar parte do aumento do salário mínimo para R\$ 180, a ser pago a partir de abril do próximo ano. O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), líder do governo no Senado, anunciou ontem, em entrevista à imprensa, que já acertou com as lideranças urgência para os três projetos.

Arruda informou ainda que os projetos não devem receber qualquer alteração no Senado, para evitar que voltem ao exame dos deputados, o que atrasaria sua vigência. Disse ter conversado com o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), autor do projeto sobre a quebra de sigilo bancário de sonegadores, o qual vinha insistindo que o Senado deveria restaurar o texto original de sua proposta.

Na Câmara, a proposta de Alcântara recebeu um substitutivo, o qual impede o acesso direto da Receita Federal às movimentações bancárias de suspeitos de sonega-

ção. Pelo substitutivo, a Receita pedirá à Justiça a quebra do sigilo e o juiz terá de se manifestar em 72 horas. Caso ele não se pronuncie, o pedido vai imediatamente ao presidente do tribunal e, se não houver manifestação nas 72 horas seguintes, a quebra de sigilo bancário será considerada aprovada.

A aprovação dos três projetos faz parte de acordo firmado entre o Palácio do Planalto e o relator-geral do Orçamento 2001, senador Amir Lando (PMDB-RO), para geração de dinheiro destinado a bancar a Previdência Social, que paga o salário mínimo a 12,3 milhões de aposentados. Na previsão do Executivo, a arrecadação federal subiria R\$ 1,2 bilhão com os projetos de combate à sonegação. Estudos das consultorias de Orçamento e Fiscalização do Senado e da Câmara, no entanto, apontam receitas adicionais de R\$ 9 bilhões ao ano. A Comissão Mista de Orçamento concordou com essa previsão e aprovou na última terça-feira um adendo ao relatório preliminar de Amir Lando indicando a destinação das novas



Arruda espera que projetos sejam aprovados sem alteração pelo Senado, para evitar retorno à Câmara

receitas, sendo R\$ 1,2 bilhão usado prioritariamente para financiar o salário mínimo.

Conforme o acordo acertado com o Palácio do Planalto, a Previdência precisará de R\$ 3,1 bilhões ao ano para pagar o novo salário mínimo. Além de R\$ 1,2 bilhão dos projetos anti-sonegação, serão utilizados R\$ 1,6 bilhão antes destinado às emendas parlamentares ao Orçamento e R\$ 300 milhões de cortes nas despesas de custeio da máquina pública.

OS PROJETOS CONTRA SONEGAÇÃO QUE O SENADO VOTARÁ		
CONTEÚDO DO PROJETO	COMO É HOJE	TRAMITAÇÃO E RECEITAS
PLP 220/98 - Autoriza a Receita a pedir quebra de sigilo bancário de suspeitos de sonegação. O projeto original saiu do Senado e dava poderes à Receita para ver as movimentações bancárias dos suspeitos. Na Câmara, foi aprovado substitutivo do deputado Ney Lopes que impede o acesso direto. Pelo novo texto, a Receita é obrigada a pedir autorização judicial e o juiz terá 72 horas para se manifestar	A Receita não tem esse poder. Só pode pedir quebra de sigilo bancário depois de comprovado, em processo administrativo, que há sonegação de impostos	Projeções dos economistas do Congresso calculam que renderá R\$ 9 bilhões por ano, sendo R\$ 2 bilhões repassados aos estados e municípios. O Executivo admite que a arrecadação subirá, mas não deve passar de R\$ 1,2 bilhão. Se os senadores não concordarem com o substitutivo e fizerem mudanças no projeto, a matéria voltará à Câmara. Se concordarem, vai à sanção do presidente da República.
PLP 77/99 - Pune a elisão fiscal, ou seja, o uso premeditado de planejamento fiscal para redução de IR a pagar, como criação, compra ou venda de empresas ou subsidiárias	Os fiscais constatarem a elisão fiscal, mas nada podem fazer. Se aprovado o projeto, o "Leão" cobrará o imposto	Projeto enviado ao Congresso pelo Executivo, a pedido da CPI do Sistema Financeiro, do Senado. Na Câmara, por acordo, foram derrubados vários artigos, inclusive um que limitava a um ano as limitações contra pagamento de impostos. Sem projeções sobre receitas
PL 3.756/00 - Dá à Receita autorização para usar informações de recolhimentos de CPMF e verificar se a pessoa ou empresa sonegou e, com isso, iniciar processo administrativo de cobrança	Hoje os fiscais sabem quem movimentou grandes somas nos bancos, mas não podem iniciar investigação	Não há previsão sobre receitas, mas a SRF constatou que 464 mil empresas nada declararam em 98, mas depositaram nos bancos R\$ 162 bilhões. 210 mil pessoas movimentaram R\$ 90 bilhões, mas nada declararam

Comissão quer votar o Orçamento de 2001 até o dia 22 de dezembro

O presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), e o relator-geral do projeto de Orçamento para 2001, senador Amir Lando (PMDB-RO), além dos relatores setoriais, decidiram na noite de ontem que vão tentar votar a proposta orçamentária até o dia 22 deste mês. Ou seja, haveria prorrogação dos trabalhos do



A Comissão de Orçamento pode votar os relatórios parciais já na próxima semana

Congresso por uma semana com essa finalidade. Conforme Alberto Goldman, "se for preciso" os deputados e senadores estarão em Brasília na semana entre o Natal e o Ano-Novo para a votação final do Orçamento.

Amir Lando afirmou que "será difícil" apresentar seu trabalho até o dia 20, mas "se houver uma semana a mais e as lideranças conseguirem mobilizar seus parlamentares o projeto poderá ser votado". Até ontem, cinco dos dez relatores haviam apresentado seus trabalhos. Os outros ga-

nharam prazo até amanhã. Com isso, o plenário da Comissão de Orçamento poderá votar os relatórios parciais na próxima semana, abrindo a seguir prazo para o relator-geral consolidar todos os documentos e apresentar o relatório final.

—O atraso na tramitação do Orçamento foi provocado basicamente pela discussão do novo salário mínimo e pelas eleições municipais. Pode ter havido atraso, mas o Congresso conseguiu encontrar o caminho para garantir o mínimo de R\$ 180 a

partir de abril — afirmou Lando.

Caso o Congresso não consiga votar o Orçamento este ano, o relator acredita que "não haverá maiores prejuízos" para o funcionamento da máquina pública, pois a Lei de Diretrizes Orçamentárias garante a liberação, em janeiro e fevereiro, de duodécimos do Orçamento encaminhado pelo Executivo. Nesse caso, são liberadas verbas para pessoal, Previdência, juros e amortizações da dívida. Sem aprovação do Orçamento, não se libera dinheiro para obras.

Câmara aprova emenda que cria o Fundo de Combate à Pobreza

A Câmara dos Deputados aprovou nesta semana, em primeiro turno, proposta de emenda constitucional criando o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, que pretende arrecadar R\$ 4 bilhões anuais para reduzir os problemas sociais do país. O dinheiro deverá ser



Antonio Carlos é autor da proposta aprovada em primeiro turno pela Câmara

obtido com o aumento da alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) dos atuais 0,30% para 0,38% e da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos produtos considerados supérfluos. A emenda, do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), precisa ainda ser aprovada em segundo turno para ir à promulgação. A nova votação está prevista para a próxima semana.

O Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza deverá subsidiar programas como o de renda mínima, investimentos em saneamento básico e ações suplementares de

nutrição, habitação, educação, saúde e reforço da renda familiar. A nova alíquota da CPMF deverá começar a vigorar em meados de março do próximo ano. De acordo com a emenda, os 0,38% deverão permanecer até 17 de junho de 2002.

A nova alíquota do IPI que será cobrada sobre produtos supérfluos deverá entrar em vigor no início de 2001 e somente será reduzida em 2010, data prevista para a extinção do fundo. Os produtos que deverão sofrer aumento deste imposto serão definidos em lei complementar.

A emenda do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza foi apresentada em agosto do ano passado e prevê que os estados e municípios poderão criar seus próprios fundos, a partir do aumento de até dois pontos percentuais da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Dono da Traffic tem empresa em paraíso fiscal



O empresário José Hawilla justificou esse procedimento com o argumento de que várias multinacionais fazem o mesmo para facilitar as suas operações. Comissão decide quebrar o sigilo fiscal da Traffic e da Nike do Brasil

O dono da Traffic Marketing, José Hawilla, reconheceu que uma das ramificações da empresa que dirige tem sede em um paraíso fiscal. Ao responder pergunta do relator da CPI do Futebol, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), Hawilla disse que a T&T está sediada nas Ilhas Cayman.

No depoimento que prestou ontem à CPI, J. Hawilla — como ele é conhecido desde os tempos de repórter esportivo de TV — afirmou que a T&T tem sede nas Ilhas Cayman “para facilitar operações de recebimento de receitas e despesas de contratos”. Segundo ele, todas as grandes multinacionais — incluindo a Petrobras e o Banco do Brasil — têm escritórios ou mesmo subsidiárias nas Ilhas Cayman. Hawilla garantiu que os lucros da T&T são repassados à Traffic, que paga no país seus impostos.

A T&T é uma associação da Traffic com a empresa argentina Torneos y Competencias, que desenvolve atividades de *marketing* esportivo para a Associação Futebolística Argentina (AFA). É de propriedade de um conglomerado de empresas. Entre elas, as norte-americanas Liberty e a administradora de fundos de pensão Hicks, Muse, Tate and Furst (HMT&F), que é dona de quase metade da Traffic e da editora argentina Atlantica, além de associada aos clubes brasileiros Corin-

thians, de São Paulo, e Cruzeiro, de Belo Horizonte.

Hawilla foi interrogado por Althoff por cerca de duas horas. Ele disse ao relator que sua empresa tem outros braços internacionais. São eles a Interforever Sports, que atua nos EUA (outra sociedade com a HMT&F); a Traffic Sports International; a Telesports; e a CCN, que trabalha em conjunto com a Interforever. Acrescentou que a Traffic tem contas bancárias na Argentina, Estados Unidos e Suíça.

Ele informou que a empresa assinou vários contratos com a Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Um deles para usar a marca CBF, no valor de R\$ 1 milhão, encerrado em 1998; outro, de exploração de painéis publicitários nos jogos amistosos da Seleção Brasileira, de R\$ 2 milhões, com validade entre 1999 e 2002; o contrato de patrocínio da Coca-Cola, de R\$ 2 milhões por ano até 1996, renovado por R\$ 6 milhões por ano até o final de 2000; e o contrato com a Nike, de US\$ 16 milhões anuais, durante dez anos (já em vigor há quatro), do qual a Traffic recebe 5% de comissão.

Além disso, afirmou, há um contrato para comercialização, para outros países, das transmissões televisivas dos jogos das eliminatórias das Copas do Mundo de 2006 e 2010, no valor total de US\$ 16,2 milhões, que já começaram a ser pagos.

Hawilla afirmou que sua empresa pagou R\$ 14 mil a Wanderley Luxemburgo como cachê por sua participação no programa *Super Técnico*, da Rede Bandeirantes, emissora com a qual a Traffic mantém parceria. Segundo ele, R\$ 6 mil foram doados a entidades assistenciais, a pedido de Luxemburgo. Ele ficou de enviar à CPI os comprovantes de recolhimento do Imposto de Renda. Para Hawilla, os deslizes cometidos por Luxemburgo ao depor à CPI mostraram mais uma pessoa inocente do que uma pessoa de má intenção e má índole.

O empresário, que ofereceu à CPI a quebra de seus sigilos fiscal e bancário, afirmou ter relacionamento apenas social com o ex-presidente da Fifa João Havelange e o ex-gênero dele, o presidente da CBF, Ricardo Teixeira, embora sua empresa mantenha relações comerciais com ambas as entidades. Também negou qualquer negócio com Kléber Leite, quando este foi presidente do Clube de Regatas Flamengo.

Afirmou que a CBF é um cliente institucional importante, mas não está, em termos financeiros, entre os maiores parceiros da Traffic. Para ele, os contratos com a CBF foram proveitosos para ambas as partes. Durante seu depoimento, a CPI aprovou a quebra de sigilo fiscal da Nike do Brasil e da Traffic, nos anos de 1998 e 1999.



Os senadores Gilberto Mestrinho, Geraldo Althoff (relator) e Álvaro Dias (presidente da CPI), durante o depoimento prestado ontem por Hawilla

Investigação dos contratos com a CBF será aprofundada

A CPI do Futebol vai aprofundar as investigações envolvendo os contratos celebrados pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF), informou o presidente da comissão, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), que se disse impressionado com o que classificou de “transações fantásticas” entre a empresa de *marketing* esportivo Traffic e a CBF. Para ele, está provado que os negócios podem ser bons para a entidade, “mas péssimos para o futebol brasileiro”.

Álvaro chegou a essa conclusão após o depoimento do dono da Traffic, J. Hawilla, que admitiu que a sua empresa está praticamente sozinha no mercado brasileiro, possui acordos de *merchandising*, placas e direitos internacionais dos jogos da Seleção Brasileira, além de ser a responsável pela intermediação do contrato entre a CBF e a Nike. O empresário afirmou que o contrato, de US\$ 16 milhões por ano, é um dos melhores do mundo e trouxe benefícios tanto para a CBF quanto para o futebol brasileiro.

Hawilla negou que sua empresa tenha qualquer ingerência nas decisões da CBF ou em clubes com os quais mantém relações. E garantiu que não participa da elaboração do calendário do futebol brasileiro, que, conforme observou, “é terrível e necessita ser reformulado”.

O relator da CPI, Geraldo Althoff, quis saber do empresário por que a Traffic fechou o ano de 1999 com prejuízo, apesar de ter recebido um US\$ 1 milhão. J. Hawilla afirmou que o dinheiro foi transferido da Traffic Internacional, também de sua propriedade. “Uma socorre a outra”, disse. Althoff também estranhou a existência de contas bancárias no

Bradesco, em nome da Traffic. Os valores depositados nas contas permaneceram no banco menos de um dia, sendo imediatamente transferidos para outras instituições. J. Hawilla não soube esclarecer os motivos dessas transferências. Também não quis revelar o patrimônio que possui.

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) levantou dúvidas sobre o balanço anual da Traffic, que em 1999 mostra R\$ 5 milhões em empréstimos solicitados, apesar de a empresa possuir mais de R\$ 20 milhões em aplicações financeiras no Banco Real. Hawilla disse desconhecer tais operações, e negou que a empresa tenha feito transações financeiras com o presidente da CBF, Ricardo Teixeira, ou com parentes dele. Garantiu ainda que não participou com recursos financeiros da eleição de Teixeira para a entidade, mas admitiu que conversa muito por telefone com o presidente.

Outra questão que ficou sem resposta foi feita pelo senador Maguito Vilela (PMDB-GO), que quis saber quanto a Traffic pagou de impostos e encargos no ano 2000. O empresário prometeu enviar à CPI os valores. Mas garantiu que a empresa não tem avião. Segundo o senador Geraldo Cândido (PT-RJ), a Traffic possui um jatinho, que se encontra em Miami.

Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) reconheceu o trabalho da Traffic em prol do esporte brasileiro e disse que as comissões recebidas pela empresa são naturais. Afirmou também que a clareza das respostas do depoente ajudará em muito a CPI a formular sugestões para que o futebol cresça ainda mais no país.

Hawilla vendeu 49% das ações no ano passado por R\$ 81,2 milhões

Durante o interrogatório a que foi submetido pelo relator da CPI do Futebol, senador Geraldo Althoff, o empresário J. Hawilla fez um histórico de sua empresa, a Traffic. Segundo ele, a empresa foi fundada em 1974, originariamente destinada a comercializar anúncios em pontos de ônibus — daí seu nome (tráfego, em inglês). Ano passado, vendeu 49% das ações da empresa por R\$ 81,2 milhões.

Hawilla afirmou ter adquirido a empresa em 1980, quando era chefe da Editoria de Esportes da Rede Globo em São Paulo, junto com três sócios: Ciro José Carvalho Soares, Paulo Roberto da Silva e Wallace da Silva Pereira. Este último deixou a sociedade alguns meses depois. Os outros dois, que saíram da Traffic nos anos seguintes, também deverão prestar depoimento à CPI.

Aos poucos, a empresa deixou a atividade inicial para se dedicar ao

mundo dos esportes. Passou a fazer publicidade estática em campos de futebol no interior de São Paulo, passando depois aos grandes estádios brasileiros. Um grande salto foi dado em 1984, quando, em parceria com a Rede Record, transmitiu as Olimpíadas de Los Angeles.

Em 1986, adquiriu os direitos de transmissão, pela televisão, da Copa América, junto à Confederação Sul-Americana de Futebol. Segundo Hawilla, o campeonato, antes desprestigiado, foi reestruturado e hoje é transmitido para 162 países do mundo.

O empresário informou que sua empresa tem hoje escritórios em vários países do mundo, além de quatro subsidiárias internacionais. Somente este ano, patrocinou a transmissão de 305 jogos de futebol realizados em dez países da América do Sul para mais de 100



J. Hawilla relatou a trajetória que o transformou de repórter esportivo em um bem-sucedido empresário

países do globo. Segundo ele, apenas nove jogos foram da Seleção Brasileira de Futebol, cujos direitos de transmissão internacional pertencem à Traffic.

Em julho do ano passado, Hawilla vendeu 49% das ações de sua empresa para a administradora de fundos de pensão norte-americana Hicks, Muse, Tate and Furst (HMT&F), após uma negociação que durou seis meses. Ele afirmou que a empresa pagou, pelas ações da companhia, R\$ 81,2 milhões, ou 40 vezes o valor do capital social.

Cadastro de celular pré-pago pode ser obrigatório

A medida está prevista em projeto aprovado ontem pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura e será ainda submetida ao Plenário do Senado. Segundo Geraldo Cândido, o objetivo é impedir a venda do telefone sem identificação do usuário

As operadoras que possuem o registro de telefones celulares pelo sistema pré-pago podem ser obrigadas a manter de forma permanente o cadastro dos usuários. A medida está prevista em projeto de lei aprovado ontem pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). A proposta ainda vai ser discutida e votada pelo Plenário.

Com parecer favorável do senador Geraldo Cândido (PT-RJ), o projeto visa impedir a compra de celulares pré-pagos sem a identificação do comprador. "Essa circunstância tem servido, como registram as autoridades policiais, como capa protetora para seqüestradores e traficantes, dificultando, quando não impossibilitando, a ação policial contra os criminosos", disse o relator.

Segundo Geraldo Cândido, a lei que regulamenta a Constituição determina as condições em que o juiz poderá autorizar a interceptação de comunicações telefônicas. "No entanto, a autorização torna-se inócua no caso do sistema de telefonia celular pré-paga, por não haver condições de se identi-

car o usuário do serviço, o que tem contribuído para a sua crescente utilização por criminosos."

O autor da proposta, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), lembra que o governador do Rio de Janeiro chegou a sancionar lei que torna obrigatória a manutenção de cadastro dos usuários do sistema telefônico pré-pago. "Esse dispositivo legal, porém, vem sendo contestado na Justiça, sob a alegação de que o tema é federal", disse Arruda.

PETRÓLEO

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura também aprovou proposta da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) para que o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU) seja indagado sobre as providências determinadas pela Decisão nº 351. Segundo a senadora, a decisão impõe medidas preventivas contra possíveis irregularidades que podem vir a ocorrer nas licitações da Agência Nacional do Petróleo (ANP) para a concessão de áreas destinadas à exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.

Emilia Fernandes informou que o ministro de Minas e Energia falará sobre setor elétrico durante a inauguração



Comissão inaugura na terça-feira galeria com fotos de ex-presidentes

A galeria dos ex-presidentes da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura será inaugurada na próxima terça-feira, dia 12. A atual presidente do colegiado, senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), afirmou que espera contar com a presença dos presidentes do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e da Câmara, deputado Michel Temer.

Também foram convidados para

a inauguração os ministros de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, que fará palestra sobre os desafios no setor elétrico, dos Transportes, Eliseu Padilha, das Comunicações, Pimenta da Veiga, e do Meio Ambiente, Sarney Filho.

A senadora informou que também foram convidados os diretores de todas as agências reguladoras. A cerimônia está marcada para as 18h.



A Comissão de Infra-Estrutura também decidiu indagar o TCU sobre medidas preventivas contra eventuais irregularidades na ANP

CI instala subcomissão permanente para analisar acidentes ambientais

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura instalou ontem subcomissão permanente destinada à prevenção e análise de acidentes que acarretem danos ao meio ambiente. Comporão o colegiado, como titulares, três senadores do PMDB, dois do PFL, um do PSDB e um do Bloco Oposição.

Criada a partir de requerimento do senador Geraldo Cândido (PT-RJ), a subcomissão vai apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas com o objetivo de preservar o meio ambiente. A subcomissão também poderá viabilizar a interação do Senado com os órgãos do Poder Executivo e entidades da socieda-

de civil que possam contribuir para o debate sobre a proteção do meio ambiente. A subcomissão também poderá propor ao plenário da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura medidas legislativas resultantes do estudo e avaliação dos temas que fazem parte de suas atribuições.

Geraldo Cândido considera o órgão necessário, haja vista os recentes acidentes ambientais decorrentes de vazamento de óleo em várias localidades do país. O senador também reconhece as deficiências dos órgãos de fiscalização e controle ambiental, além do despreparo da Petrobras, para lidar com esse tipo de acidente, que, para ele, revela "a face

negligente das empresas poluentes e a insuficiência de equipamentos e de pessoal".

INTEGRANTES

São titulares da subcomissão os senadores Alberto Silva (PI), Marluce Pinto (RR) e Valmir Amaral (DF), do PMDB; Paulo Souto (BA) e Mozarildo Cavalcanti (RR), do PFL; Romero Jucá (RR), do PSDB; e Geraldo Cândido (RJ), do Bloco Oposição. Como suplentes, farão parte os senadores Iris Rezende (GO), Roberto Requião (PR) e Gilberto Mestrinho (AM), do PMDB; Maria do Carmo Alves (SE) e Jonas Pinheiro (MT), do PFL; Osmar Dias (PR), do PSDB; e Júlio Eduardo (AC), do Bloco Oposição.

Conselho de Ética ouve advogado sobre acusações a Luiz Otávio

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar reuniu-se ontem para ouvir o advogado Pedro José Coelho Pinto, supervisor da assessoria do Banco do Brasil no Pará. O conselho está analisando as denúncias de que o senador Luiz Otávio (sem partido-PA) teria participado, quando era gerente da empresa Rodomar, de desvio de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), repassados à empresa pelo Banco do Brasil (BB) em 1992 para a construção de balsas. Em seu depoimento, o advo-

gado confirmou que, no processo movido em 1995 contra a empresa Rodomar, estavam incluídos os recursos do empréstimo para a construção das embarcações.

Luiz Otávio alegara que o BB havia se apropriado do dinheiro – R\$ 13 milhões – para se ressarcir de débitos anteriores, impossibilitando a construção das balsas. A relatora da matéria, senadora Heloísa Helena (PT-AL), pediu nova convocação de Luiz Otávio para prestar informações ao conselho.

ACM E JADER

A senadora também apresentou

requerimento, assinado por todos os senadores do Bloco Oposição, para que o conselho proceda com as diligências e instruções probatórias que forem necessárias para a apuração das denúncias dos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Jader Barbalho (PMDB-PA), que se acusaram mutuamente em plenário. Heloísa Helena também pediu que sejam solicitadas informações ao Ministério Público sobre as providências tomadas em relação às denúncias que os dois senadores fizeram anteriormente.



Centenário de Gustavo Capanema

Plenário homenageia Gustavo Capanema

O Senado homenageou ontem, em sessão especial, o centenário de nascimento do ex-ministro da Educação e Saúde Pública Gustavo Capanema. O presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, declarou: "Em nome do povo brasileiro, o Senado demonstra sua gratidão para com aquele que teve a cultura e a inteligência como ponto máximo de uma vida pública reta e exemplar." Requerida pelo senador Francelino Pereira, a solenidade foi prestigiada por familiares e admiradores da carreira do advogado, professor e político mineiro, incentivador das artes, renovação arquitetônica e urbanística e de campanhas sanitárias pelo país.



Antonio Carlos Magalhães destacou as obras de Capanema em benefício da cultura

"Um formador de homens públicos", define ACM

Antes mesmo de conviver com Gustavo Capanema na Câmara dos Deputados, e em partidos adversários, o presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), já reconhecia o brilhantismo do político mineiro no panorama artístico, cultural e intelectual brasileiro. "Capanema possuía o grande mérito de ser formador de homens. Isso, sim, é que é importante na vida dos homens públicos", disse Antonio Carlos durante sessão solene em homenagem aos 100 anos do ex-ministro da Educação e Saúde Pública no Estado Novo (1937-1945).

Para Antonio Carlos Magalhães, a biografia de Gustavo Capanema ocupa um capítulo de destaque "no rico compêndio da história do Brasil". Senador da República na década de 70, o político mineiro

marcou sua atuação parlamentar e passagem pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e Comissão de Educação (CE), segundo o presidente do Senado, "pelo brilho inextinguível de seu talento e peso de sua experiência".

Dentre as realizações atribuídas a Capanema, Antonio Carlos Magalhães destacou a construção do edifício do Ministério da Educação, chamado "Palácio da Cultura", no centro do Rio de Janeiro, marco da modernização da arquitetura brasileira; do Instituto Nacional do Livro; e a reestruturação do ensino secundário, conhecida como Reforma Capanema. O senador baiano também creditou ao homenageado a participação no debate sobre a criação da Petrobras e no acordo militar entre Brasil e Estados Unidos.

Melo lembra a postura serena e firme, que transmitia confiança

Ao encerrar a Hora do Expediente dedicada ao centenário de nascimento do ex-ministro e senador Gustavo Capanema, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) considerou uma honra especial presidir a sessão de homenagem a "uma figura ímpar da vida política brasileira que a todos impressionava por sua postura serena e firme, pairando acima das crises e transmitindo confiança no futuro do país".

Geraldo Melo afirmou não ter tido o privilégio de conviver com Capanema, mas lembrou ter sido testemunha de sua atuação política, justamente num momento crítico da vida brasileira, depois da morte do presidente Getúlio Vargas até a posse do presidente Juscelino Kubitschek. "Eu tinha chegado ao



Melo elogia em Capanema "o dom da palavra exata e a postura antiespetáculo"

Rio de Janeiro, vindo do Rio Grande do Norte, para ser secretário de um senador. O uso da palavra exata, que era um dom de Gustavo Capanema, a postura antiespetáculo que mantinha mesmo no auge das crises, foram influências que guardo até hoje", concluiu.

Francelino exalta estatura moral e capacidade

Tendo convivido por muitos anos com Gustavo Capanema, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) homenageou a memória do ex-professor da Escola Normal, vereador e presidente da Câmara Municipal de Onça do Pitangui, advogado, deputado federal, senador, governador de Minas Gerais e ministro da Educação no primeiro governo Getúlio Vargas. Francelino disse que Capanema foi "figura de personalidade serena, cuja capacidade de trabalho e estatura moral deram-lhe a perenidade de que desfruta na história brasileira".

Foi com Vargas, segundo o senador, que Capanema, solidário ao presidente mas sem envolvimento com os acontecimentos mais dramáticos da ditadura getulista, promoveu uma verdadeira revolução cultural no país. Para isto, atraiu jovens artistas que se tornaram gênios da arquitetura, pintura, escultura e urbanismo, como Oscar Nie-



Francelino: Capanema promoveu uma verdadeira "revolução cultural" no país

meyer, Cândido Portinari, Lúcio Costa, Bruno Giorgo, Burle Marx, Celso Antônio e outros, responsáveis, entre outras obras, pelo Palácio da Cultura (antigo prédio do Ministério da Educação, no centro do Rio de Janeiro), pelo conjunto da Pampulha, em Belo Horizonte, e pela atual capital, Brasília.

Para Francelino, outro indicador da perenidade de Gustavo Capanema está na criação do Serviço do Patrimônio Histórico Nacional: Capanema incumbiu Rodrigo de Mello Franco Andrade de elaborar o projeto do novo órgão.

No âmbito da atuação políti-

ca, o senador relatou uma série de episódios que viveu, um deles da história brasileira mais recente, de 1968. Quando o presidente Costa e Silva pediu ao Supremo Tribunal Federal licença para processar o então deputado Márcio Moreira Alves, Capanema disse ao presidente que o pedido era inconstitucional, relatou. Chamado ao Palácio das Laranjeiras por Costa e Silva, de onde o presidente comandava os entendimentos para que a Câmara aprovasse licença para processar Márcio, o deputado Francelino Pereira respondeu ao presidente que não tinha como mudar seu voto.

Um intelectual refinado, na avaliação de Porto

Na sessão de homenagem aos cem anos de nascimento de Gustavo Capanema, o senador Arlindo Porto (PTB-MG) disse que o político mineiro era um intelectual refinado e um dos mais notáveis homens públicos do país. Morto aos 85 anos, Capanema teve nove mandatos parlamentares em 37 anos no Poder Legislativo e uma carreira política de mais de 60 anos. "Cultuar a memória das grandes personalidades da pátria é a forma que temos de imortalizar os que nos antecederam e os oferecermos como exemplo a nós mesmos e aos que nos sucederão", disse Arlindo Porto.

O senador mineiro acrescentou que Gustavo Capanema era dotado de brilhante inteligência e de rara capacidade de estudar e saber. O advogado, magistrado, professor, educador e político recebeu, ainda na faculdade de Direito, o prêmio Barão do Rio Branco por ter sido, em todo o curso, o



Porto afirma que Capanema conseguiu avanços na cultura em pleno Estado Novo

estudante mais competente em todas as disciplinas. Já nesta época, Capanema demonstrava interesse pela educação. Foi ministro da Educação e Saúde do governo Getúlio Vargas por 11 anos, quando realizou a chamada Reforma Capanema. Entre as iniciativas do então ministro está a criação de centenas de bibliotecas populares em todo o país. "Gustavo Capanema conseguiu imprimir, em pleno Estado Novo, expressivos avanços à cultura e às artes brasileiras", disse.

Durante a administração Capanema no Ministério da Educação, consolidou-se no Brasil o Movi-

mento Modernista. Carlos Drummond de Andrade foi chefe de gabinete do ministro, que tinha um excelente relacionamento com a vanguarda intelectual brasileira. Dono de uma imensa capacidade de diálogo, Gustavo Capanema brilhou nos céus da política brasileira por seis décadas. "Com sua partida ficou um grande vazio e um exemplo de mestre, de engajamento nos momentos mais delicados da vida institucional brasileira, de parlamentar hábil e de homem público dos mais admirados por todas as correntes ideológicas", disse Arlindo Porto.



O Plenário do Senado prestou homenagem ontem ao centenário do nascimento do político mineiro Gustavo Capanema



Ronaldo salienta a obra e a base para vôos audaciosos

Em sessão especial de homenagem ao ex-senador mineiro Gustavo Capanema, ontem, pelo centenário de seu nascimento, o senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) destacou a grandeza do homenageado na vida pública e a eternidade de seu trabalho em prol da política, da educação, da cultura e das artes brasileiras.

— Os homens não são personagens-tipo no *script* da vida real. Por isso é sempre difícil falar de

les. Mais ainda o é quando o homem de quem falamos exibe a qualidade de ter sido muitos em um só. De ter sido múltiplo em sua aparente unicidade. Pois Gustavo Capanema é desses homens — afirmou o senador.

Entre essas muitas facetas de Capanema, Ronaldo Cunha Lima destacou a da arte e da cultura. Para o senador, foi nesse campo que Gustavo Capanema mostrou singular sabedoria e habilidade para se sobrepôr às disputas ideológicas de seu tempo e superar as críticas adversas e os “ataques cruéis dos opositores ao seu espírito vanguardista”.

Ronaldo Cunha Lima lembrou que não há biografia de Capanema que deixe de mencionar sua ousadia ao fazer construir o belíssimo edifício do MEC, no Rio de Janeiro, marco e símbolo da arquitetura de vanguarda no país.

— Para muitos, a construção desse prédio, assessorada pelo próprio Le Corbusier, o papa do cubismo, foi o arroubamento necessário que permitiu, mais tarde, vôos ainda mais audaciosos, como a construção da Pampulha e o milagre do surgimento de uma cidade de feição modernista no seio do Planalto Central — afirmou o senador.

OBRAS

Ronaldo Cunha Lima assinalou que coube a Capanema a criação, em termos institucionais, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e do Instituto Nacional do Livro, além de ter encomendado a autores ilustres, como Sérgio Buarque de Holanda e Manuel Bandeira, antologias da poesia brasileira da fase colonial e dos períodos marcados pelo romantismo, simbolismo e parnasianismo.

Capanema também incentivou obras como o *Dicionário da Língua Portuguesa*, especialmente dos períodos medieval e clássico, a coletânea *Textos Quinhentistas*, organizada pelo sábio professor Sousa da Silveira, além de traduções de obras notáveis, entre as quais se inclui a tragédia shakespeariana *Romeu e Julieta*, recorreu Ronaldo Cunha Lima.

Alencar reverencia o “apóstolo da educação”

O senador José Alencar (PMDB-MG) ressaltou em discurso ontem o papel de “apóstolo da educação” do ex-ministro, ex-deputado e ex-senador Gustavo Capanema, falecido em 1985. Alencar discursou na sessão de homenagem aos cem anos de nascimento de Capanema, mineiro de Pitangui, “um dos vultos mais representativos da inteligência brasileira”, na opinião do senador peemedebista.

— A memória das ruas brasileiras registra o respeito e a gratidão por tudo o que Capanema construiu ou ajudou a construir para o povo, especialmente no setor educacional — disse.

Como ministro de Educação do governo Vargas, depois de exercer o cargo de secretário de Edu-

cação em Minas Gerais, Capanema realizou um trabalho revolucionário, arrematando para essa tarefa intelectuais de grande renome e diferentes tendências ideológicas.

Alencar destacou o princípio filosófico de Capanema, com uma visão humanista aliada ao preparo técnico dos jovens e trabalhadores. “Não se pode abandonar, em cada povo, as experiências passadas, expressas nos seus grandes clássicos; deve se procurar conquistar uma idéia nova de universalidade”, afirmou o educador.

A ousadia de Capanema se materializou também na construção do prédio do Ministério da Educação, no Rio de Janeiro. Em esti-

lo que apontava para as futuras conquistas da arquitetura moderna no Brasil, o prédio levou Capanema a ser criticado. Mas ele teve

a persistência e a habilidade política para levar seus planos à frente. Na agenda de Capanema, a arte e a cultura tiveram a grande importância, levando José Alencar a considerá-lo o primeiro ministro, de fato, da cultura.



Alencar considera Capanema o primeiro ministro da cultura

Alcântara aplaude união de política com cultura

Um político singular, que se distinguiu por ter promovido uma aliança extremamente feliz entre política e cultura. Assim o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) referiu-se a Gustavo Capanema ao discursar ontem durante homenagem prestada pelo Senado no centenário de seu nascimento.

Como político, salientou o senador, Gustavo Capanema inscreveu seu nome na história, começando sua carreira nos últimos anos da República Velha. Participante da Revolução de 30, Capanema tornou-se, afirmou Alcântara, um dos ministros mais marcantes do primeiro governo Vargas, ocupando a pasta de Educação e Saúde. Capanema também foi oficial de gabinete do governador de Minas Gerais, em 1930, interven-

tor do estado, em 1933, e fundador do Partido Progressista Mineiro, em 1934, quando foi eleito deputado constituinte com ampla votação.

Mas, para Lúcio Alcântara, foi na área cultural que Gustavo Capanema mais se destacou. Na avaliação do senador, foi no Ministério da Educação e Saúde, onde teve, por longo tempo, como seu chefe de gabinete o poeta Carlos Drummond de Andrade, que Capanema imprimiu sua forte marca pessoal, concretizando suas idéias e projetos, mesmo enfrentando a “incompreensão surda, a ignorância arrogante e a mentalidade tacanha” da época da ditadura Vargas.

No ministério, lembrou o senador, Capanema marcou sua administração com vários projetos im-

portantes, tais como a criação dos departamentos nacionais da Criança, de Tuberculose e de Endemias Rurais. Ele também foi

responsável pela fundação do Serviço de Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) e das faculdades nacionais de Filosofia e de Arquitetura, de Ciências Econômicas, além da Escola Normal de Educação Física.



Alcântara lembra atuação de Capanema também na saúde



Ronaldo fala da singular habilidade de Gustavo Capanema

Oposição pede que Conselho de Ética investigue denúncias de ACM e Jader

PT, PDT, PSB, PV e PPS apresentaram o requerimento. Para Heloísa Helena, o Senado deve aprofundar a apuração e “tomar as medidas disciplinares cabíveis”

Os senadores dos partidos de oposição (PT, PDT, PSB, PV e PPS) apresentaram ontem requerimento para que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar tome as providências necessárias à apuração das denúncias feitas pelos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Jader Barbalho (PMDB-PA), que trocaram acusações na sessão de quarta-feira. O anúncio foi feito pela senadora Heloísa Helena (PT-AL), que afirmou considerar fundamental que o Senado “cumpra sua obrigação regimental e moral perante o povo brasileiro”.



Heloísa Helena espera que o Senado “cumpra sua obrigação regimental e moral perante o povo brasileiro”

– Tendo em vista a competência de zelar pela observação do Código de Ética e pela boa condução dos parlamentares na Casa durante o exercício parlamentar, o Conselho pode aprofundar as investigações e tem os instrumentos necessários para fazer diligências, apurar as graves denúncias e estabelecer as medidas disciplinares cabíveis – disse a líder do Bloco Oposição.

Heloísa informou que recebeu diversos e-mails lamentando o episódio ocorrido no plenário, o que ela interpreta como “uma desmoralização para as instituições democráticas do país”.

– Os parlamentares que assinam o requerimento o fazem na perspectiva de que, por meio dos instrumentos legais e prerrogativas constitucionais, a Casa deve aprofundar investigações e tomar as medidas disciplinares cabíveis, levando em conta a reincidência – disse a senadora.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) contestou informações prestadas pelo presidente do Conselho, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), ao jornalista Heródoto Barbeiro, da Rádio CBN. Tebet teria dito em entrevista que o Conselho já havia tomado providências quando Antonio Carlos e Jader trocaram acusações em

abril passado. Naquela época, o Conselho decidiu enviar o conteúdo dos discursos dos senadores e os documentos relacionados ao Ministério Público (MP), além de advertir os parlamentares.

Suplicy acredita que o Conselho deve tomar iniciativas em acréscimo àquelas. O senador também criticou declarações do presidente do Conselho de que as denúncias se referiam a fatos passados, anteriores ao exercício do mandato parlamentar. Para Suplicy, as acusações versam, por exemplo, sobre o apoio do governo federal ao Banco Econômico e sobre irregularidades na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), fatos que ocorreram quando Antonio Carlos e Jader já estavam no Senado.

– Tomamos a decisão de convocar o Conselho para ouvir os dois senadores, debater os fatos que trouxeram, dar oportunidade de defesa, chamar testemunhas – declarou Suplicy, que acredita ser dever do Conselho de Ética solicitar ao Ministério Público informações de como se encontram as investigações sobre as denúncias encaminhadas em abril.

Na opinião do senador Geraldo

Cândido (PT-RJ), a nação “vem assistindo estupefata aos deprimentes debates entre Antonio Carlos e Jader, que agridem a imagem do Senado”. Ele acredita que a sociedade cobra uma posição do Senado sobre o caso. O senador Paulo Hartung (PPS-ES) também considera que as oposições tomaram a atitude correta, frente aos episódios que qualificou de “extremamente graves”.

Já o senador Roberto Freire (PPS-PE) entende que a querela entre o presidente do Senado e o presidente do PMDB não é só um problema de ética. Segundo Freire, as denúncias de supostos ilícitos, omissão ou coação que teriam sido praticados pelas duas lideranças devem ser apuradas para que a sociedade saiba se são verdadeiras. Freire disse ainda que os processos podem estar paralisados no Ministério Público por interferência política.

– Só com a elucidação dos fatos não vamos mais assistir a esse espetáculo deprimente, esclarecedor de como andam as elites brasileiras. Talvez a apuração dos fatos mude a dinâmica da discussão política no Congresso, que vem sendo colocada em segundo plano por essas duas lideranças – declarou Freire.

Quintanilha saúda finalistas de concurso

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) parabenizou ontem os sete finalistas do Concurso de Monografias realizado pela Fundação Milton Campos – entidade vinculada ao Partido Progressista Brasileiro – em parceria com o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. É a quarta edição do concurso, que reúne trabalhos de jovens acadêmicos para concorrer ao Prêmio Senador Milton Campos. Neste ano, o tema foi *O Novo Paradigma do Emprego e a Mutação do Sindicalismo*.



Leomar Quintanilha destaca o Prêmio Senador Milton Campos

A Fundação Milton Campos, explicou Leomar Quintanilha, tem por objetivo estimular o estudo de questões relevantes para o país. Em primeiro lugar este ano ficou Sidartha Sória e Silva; em seguida vieram Daniel de Santana Vasconcelos, Leile Silva Cândido Teixeira, Francisco Xavier Freire Rodrigues, Magnús Luiz Emmendoerfer, Márcia Paiva Xavier de Brito e Vinícius Gaspar Garcia.

Anúncios de teles geram pedidos de informação

Indignado com o que considera “propaganda enganosa” de duas concessionárias de serviços de telefonia, a Embratel e a Intelig, o senador Ademir Andrade apresentou requerimentos de informação aos ministros das Telecomunicações e da Justiça, que respondem, respectivamente, pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC). Cada uma das empresas anuncia que suas tarifas são inferiores, sem qualquer informação sobre valores realmente praticados.

O senador quer saber quanto o poder público gasta em ligações nacionais e internacionais; se as empresas têm cumprido os compromissos de instalar linhas no interior do país; quais as medidas tomadas pela Anatel para garantir esses compromissos; e que medidas tomou o DPDC em relação à propaganda enganosa.

Ademir diz que troca de acusações exige apuração

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) afirmou ontem que a troca de denúncias entre o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e o presidente do PMDB, senador Jader Barbalho (PA), ambos figuras de destaque da base do governo Fernando Henrique Cardoso, exige apuração por parte do Ministério Público e do Conselho de Ética.

– Se isso não acontecer, mais uma vez vai ficar claro o envolvimento do próprio presidente da República. Ele tem a responsabilidade de investigar as denúncias a fundo – disse o senador.

Do ponto de vista da sociedade brasileira, Ademir considera que a troca de acusações contribui para uma tomada de consciência da necessidade de a população refletir sobre a impor-

tância da política e de seu papel na escolha dos representantes que envia para o Congresso Nacional. Esse aumento de consciência, a seu ver, reduzirá o peso da figura de pessoas, em prol dos partidos e seus programas.

Além de positivo para a sociedade, Ademir entende que o debate pode ter efeitos proveitosos para a região Norte, como a mudança do modo de funcionamento da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), objeto das denúncias de Antonio Carlos Magalhães. Ele afirmou que os re-



Ademir Andrade cobra mudanças no funcionamento do Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

ursos da Sudam são destinados principalmente para grandes empresas privilegiadas, em detrimento dos pequenos e mé-

dios empresários, e não têm promovido de fato o desenvolvimento da Amazônia.

José Eduardo Dutra (PT-SE) observou, em aparte, que as acusações trocadas entre os senadores são muito graves, mas até agora não motivaram manifestação alguma da liderança do governo no Senado. “Qual a palavra do governo frente às acusações de corrupção na administração federal? Esta é a resposta que a nação está aguardando”, disse. Eduardo Suplicy (PT-SP), por sua vez, recomendou ao presidente do Conselho de Ética, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), uma mais rápida apuração dos fatos, dado que eles vieram à tona em função da eleição para a presidência do Senado, no início de fevereiro de 2001.

Bens encontrados no mar podem gerar recompensa

Senado aprova projeto que garante a pesquisadores e exploradores, estrangeiros ou nacionais, até 40% do valor de objetos de valor artístico, interesse histórico ou arqueológico encontrados submersos em águas brasileiras

Projeto aprovado ontem pelo Senado Federal garante que a União pague a pesquisadores e exploradores brasileiros ou estrangeiros até 40% do valor de bens encontrados submersos em águas brasileiras. Os bens com valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico, ficarão sob a guarda da União. A legislação vigente permite a pesquisa submarina apenas a brasileiros e determina que os bens resgatados são de propriedade da União. Os exploradores não têm direito a manter o que encontrarem nem a recompensa pela descoberta.

O projeto de lei é do ex-deputado Fábio Feldman (PSDB-SP), que o justificou com a constatação de que a situação atual apenas incentiva a pirataria. O pro-

jeto vai agora à sanção presidencial. Pelo projeto aprovado, o pedido de autorização para exploração deve ser dirigido à autoridade naval correspondente. Os bens de interesse artístico, histórico ou arqueológico pertencem à União, mas o governo estipulará pagamento de recompensa pela descoberta e o valor será determinado por uma comissão de peritos e pelo Ministério da Cultura. O relator foi o senador José Eduardo Dutra (PT-SE).

EMPRÉSTIMO

O Senado aprovou ainda urgência para tramitação do projeto que autoriza a Bahia a tomar empréstimo de US\$ 69,9 milhões junto ao Banco Mundial. O empréstimo vai agora ser votado pelo Plenário na próxima quarta-feira.

Mudança na legislação deverá inibir a prática da pirataria

A legislação que fixa as regras para a pesquisa de bens afundados proíbe a posse de qualquer objeto encontrado em águas do Brasil e, ainda, não permite que estrangeiros realizem tal exploração.

Tais bens são considerados como de propriedade única da União, e não existe qualquer remuneração para exploradores

que encontram os bens.

O projeto do deputado Fábio Feldman modifica a situação atual, estabelecendo um pagamento para os pesquisadores e particulares e autoriza estrangeiros a efetuar buscas. Feldman acredita que a nova regra vai incentivar a exploração das águas brasileiras e inibir a prática da pirataria.

Adiada votação sobre antecipação de "royalties"

Foi adiada para a próxima terça-feira a votação, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), de projeto de resolução do senador Ricardo Santos (PSDB-ES) que permite aos estados, municípios e Distrito Federal usarem *royalties* antecipados também para pagamento de dívidas com a União. Por uma resolução anterior, os *royalties* só podiam ser utilizados para capitalização de fundos de pensão de servidores. O adiamento foi decidido para que o relator, senador Osmar Dias (PSDB-PR), possa dar parecer para emenda apresentada ao projeto.

A emenda, dos senadores Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Maria do Carmo Alves (PFL-SE), determina que o uso dos *royalties*



Osmar dará parecer sobre o projeto que permite uso de *royalties* para pagar dívidas

antecipados para amortização da dívida com a União seja permitido apenas para o Espírito Santo e que novos casos sejam examinados um a um pelo Senado.



O Plenário aprovou também urgência para a tramitação de empréstimo do Banco Mundial à Bahia

CPI vai a São Paulo e confronta policiais acusados de comandar roubo em rodovias paulistas



A comissão parlamentar mista de inquérito que investiga o roubo de cargas em todo o país voltou a São Paulo, ontem, para confrontar os depoimentos do detento Sálvio Barbosa Vilar e dos policiais do Departamento de Crimes contra o Patrimônio (Depatri). Sálvio, que trabalhou como informante da polícia paulista, acusou 14 policiais de comanda-



Em São Paulo, parlamentares ouvem policiais acusados de comandar roubos em estradas

rem o roubo nas rodovias do estado, onde ocorre pelo menos a metade dos desvios de cargas. A acareação continua hoje.

Instalada na Assembléia Legislativa, a CPI levou mais de duas horas tomando o depoimento do delegado de polícia do Depatri, Marcelo Teixeira Lima, um dos acusados pelo presidiário de envolvimento com o crime organizado. Em seguida, foi feita a acareação entre eles. Lima, que é diretor da Divisão de Informações sobre Veículos e Roubo de Cargas (Divicar), negou as acusações. Sálvio reafirmou o que dissera, salientando que teria viajado com o delegado para o Rio de Janeiro.

O deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS) solicitou à CPI que envie ofício à companhia aérea TAM

para que forneça a lista de passageiros com destino ao Rio no dia mencionado por Sálvio. A CPI pediu ainda ao delegado Marcelo Lima que apresente um relatório contendo o número de inquéritos instaurados por ele. Os trabalhos da comissão terão continuidade com a acareação entre Vilar e outros agentes policiais acusados por ele de envolvimento com o roubo de cargas.

De acordo com o senador Romeu Tuma (PFL-SP), presidente da CPI, o objetivo da visita a São Paulo é chegar aos receptores de cargas roubadas. Na viagem, Tuma esteve acompanhado pelos deputados Pompeo de Mattos, Oscar Andrade (PFL-RO), que é relator da comissão, e Mário Negromonte (PSDB-BA), vice-presidente.

Rádios têm concessões autorizadas e renovadas

O Senado aprovou ontem a renovação da concessão outorgada à Rádio Globo para funcionamento na cidade de São Paulo. A Rádio Associação Comunitária Dehoniana, de Pindaré-Mirim (MA), teve sua autorização aprovada e foi outorgada permissão para a Fundação Francisco Cambraia, de Itapeverica (MG), explorar emissora de rádio. As matérias vão à promulgação. Os senadores do PT se abstiveram na votação.

ACM e Temer inauguram o canal 51

Os presidentes do Senado, Antônio Carlos Magalhães, e da Câmara, Michel Temer, inauguram na terça-feira, às 11h, o canal 51, que transmitirá a programação da TV Senado na frequência UHF. Inicialmente, só o Distrito Federal poderá captar o novo canal, cujo sinal poderá ser retransmitido, numa segunda etapa, para os mais de 5 mil municípios brasileiros.

A solenidade será no prédio onde está instalado o novo transmissor, no km 6 da DF-01 Sul. A torre de transmissão da TV Senado será compartilhada pela TV Câmara, que também passará a operar com sinal aberto, por meio do canal 27. Segundo técnicos da TV Senado, a sintonia do canal 51 é automática para a maioria dos aparelhos em operação.

No "Improvisado", o talento de Donato e Deodato

O registro raro do encontro de João Donato e Eumir Deodato é a peça de resistência do programa *Improvisado*, que a Rádio Senado FM apresenta neste fim de semana. O disco *Donato/Deodato* foi gravado nos EUA em 73 com uma *big band* regida por Deodato.

Improvisado tem produção e apresentação de Flavio de Mattos e Vinicius Becker e vai ao ar sábado, às 20h, e tem reapresentação no domingo, às 23h30, pela Senado FM, 91,7. Também pode ser captado via Internet no endereço www.senado.gov.br/radio.

Curta recria os tempos heróicos da TV

A TV Senado exhibe hoje o curta-metragem *Chateaubriand - Cabeça de Paraíba*, que mostra a inauguração da primeira televisão brasileira, a TV Tupi, criada por Assis Chateaubriand, em 1950. O filme, de 15 minutos, relata o impacto, para Chateaubriand, do acordo entre a Rede Globo e o grupo americano Time-Life. O diretor do filme, Marcos Manhães Marins, diz que pretende reabrir a discussão em torno da parceria entre empresas de comunicação brasileiras e estrangeiras. O programa tem exibição prevista para as 20h30, e também vai ao ar amanhã às 20h30 e no domingo, às 3h30.

Dornelles fala sobre emprego e FGTS

A entrevista com o ministro do Trabalho, que será exibida amanhã e domingo no programa *Agenda Econômica*, é uma das atrações da TV Senado neste fim de semana

As Sereias da Zona Sul, comédia de Miguel Falabella e Vicente Pereira, é o espetáculo do Teatro Arthur Azevedo que a TV Senado exhibe amanhã e domingo, às 21h30. A peça retrata a vida de mulheres nas mais diversas situações do cotidiano e traz no elenco Rosi Campos e Cláudia Borioni. Desde sua primeira montagem no Rio de Janeiro com Miguel Falabella e Guilherme Karan, *As Sereias da Zona Sul* é uma comédia de sucesso.

No programa *Espaço Cultural*, às 14h30 de sábado e domingo, a TV Senado exhibe a segunda parte do *show* que Ivan Lins, João Bosco e o pianista cubano Gonzalo



A emissora também apresentará a peça teatral *As Sereias da Zona Sul*

Rubalcaba fizeram em Brasília, no Encontro Internacional de MPB. No repertório, os grandes sucessos de João Bosco, Ivan Lins e

Gonzalo Rubalcaba, considerado um dos melhores pianistas da atualidade.

No programa *Agenda Econômica*, os jornalistas Helival Rios e Ribamar Oliveira conversam com o ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, sobre o FGTS e a geração de emprego. O programa vai ao ar às 6h30 e 13h30 de amanhã e às 19h30 de domingo. O jornalista Fernando César Mesquita discute medicina quântica com o bioengenheiro Victor Mattos, no programa *En-*

trevista Especial, que vai ao ar sábado e domingo, às 11h e 23h.

O ex-ministro Gustavo Capanema é o tema do programa *Especial* que vai ao ar às 2h40, 4h40, 8h10 e 21h10 de sábado e domingo. O filme *Abolição*, do diretor Zózimo Bulbul, será exibido à meia-noite de hoje e de amanhã. E no programa *Quem tem medo da música clássica?*, o senador Artur da Távola fala sobre os regentes Lorin Maazel, John Neschling, Hans Zender, Helmut Müller-Brühl e Gustavo Dudamel, maestro de apenas 17 anos. No repertório, Beethoven, Mozart, Haydn e Bach. O programa vai ao ar às 10h e 18h de amanhã e domingo.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

HOJE

6h30 - *Debate* - Sen. Júlio Eduardo e o dr. Adilson Oliveira, ginecologista e obstetra, falam sobre o câncer de mama
7h30 - *Entrevista* - Marcos Manhães Marins, cineasta, fala do filme *Chateaubriand, Cabeça de Paraíba*
8h - *Jornal do Senado*
8h30 - *TV Escola* - Uma TV cheia de história - São Paulo/SP
9h - Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após - Comissão de Assuntos Econômicos (gravado)
14h30 - Sessão Plenária (reapresentação)
19h - *Missa Natal do Senhor* - Confraternização de encerramento do ano
20h30 - *Entrevista* - Marcos Manhães Marins, cineasta, fala do filme *Chateaubriand, Cabeça de Paraíba*
21h - *Jornal do Senado*
21h30 - *Canal Médico* - Caso clínico - Epilepsia
22h30 - *Teatro Arthur Azevedo* - Pepino Di Capri
0h - *Redescoberta do Cinema Nacional* - *Abolição*, de Zózimo Bulbul

SÁBADO

2h30 - *Jornal do Senado*
2h40 - *Especial* - Gustavo Capanema
3h - *Cores do Brasil* - Folclore do Maranhão
3h30 - *Entrevista* - Sen. Maguito Vilela fala sobre a situação das rodovias federais
4h - *Saúde/Unip* - Correção das deformações congênitas - parte 1
4h30 - *Jornal do Senado*
4h40 - *Especial* - Gustavo Capanema
5h - *Canal Médico* - Fumo
6h - *TV Escola* - Uma TV cheia de histórias - Inhapim (MG)
6h30 - *Agenda Econômica* - Min. Francisco Dornelles fala sobre a geração de emprego e o FGTS
7h30 - *Entrevista* - Sen. Arthur da Távola fala sobre a violência urbana
8h - *Jornal do Senado*
8h40 - *Especial* - Gustavo Capanema
8h30 - *TV Escola* - Uma TV cheia de histórias - Paraíba do Sul (RJ)
9h - *Tela Brasileira* - Lais Bodansky
9h30 - *De Coração* - Humanização na UTI
10h - *Quem tem medo da música clássica?* Os Regentes
11h - *Entrevista* - Victor Mattos, bioengenheiro, fala sobre a medicina quântica
12h - *Missa Natal do Senhor* - Confraternização de

encerramento do ano
13h30 - *Agenda Econômica* - Min. Francisco Dornelles fala sobre a geração de emprego e o FGTS
14h30 - *Espaço Cultural* - Encontro Internacional da MPB - parte 2
15h30 - *Especial* - Gustavo Capanema
16h - *Saúde/Unip* - Correção das deformações congênitas - parte 1
16h30 - *Entrevista* - O poeta J. C. Ramos fala de poesia e do combate à Aids
17h - *Revista Brasília* - nº 17
18h - *Quem tem medo da música clássica?* Os Regentes
19h - *Tela Brasileira* - Lais Bodansky
19h30 - *Canal Médico* - Serões pediátricos - hipertensão e pediatria
20h30 - *Entrevista* - Marcos Manhães Marins, cineasta, fala do filme *Chateaubriand, Cabeça de Paraíba*
21h - *Jornal do Senado*

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

21h10 - *Teatro Arthur Azevedo* - *As Sereias da Zona Sul*, de Miguel Falabella e Vicente Pereira
23h - *Entrevista* - Victor Mattos, bioengenheiro, fala sobre a medicina quântica
0h - *Redescoberta do Cinema Nacional* - *Abolição*, de Zózimo Bulbul

DOMINGO

2h30 - *Jornal do Senado*
2h40 - *Especial* - Gustavo Capanema
3h - *Cores do Brasil* - Manaus
3h30 - *Entrevista* - Marcos Manhães Marins, cineasta, fala do filme *Chateaubriand, Cabeça de Paraíba*
4h - *Saúde/Unip* - Produção de Vacinas - parte 1
4h30 - *Jornal do Senado*
4h40 - *Especial* - Gustavo Capanema
5h - *Cores do Brasil* - Pernambuco
5h30 - *Saúde/Unip* - Produção de Vacinas - parte 1
6h - *TV Escola* - Crônicas da Terra - Mata Atlântica
6h30 - *Cidadania* - Sen. Lúcio Alcântara e o depu-

tado federal Paulo Delgado falam sobre psiquiatria e manicômios
7h30 - *Entrevista* - O poeta J. C. Ramos fala de poesia e do combate à Aids
8h - *Jornal do Senado*
8h10 - *Especial* - Gustavo Capanema
8h30 - *TV Escola* - Uma TV cheia de histórias - Piripiri (PI)
9h - *Tela Brasileira* - Lais Bodansky
9h30 - *De Coração* - Humanização na UTI
10h - *Quem tem medo da música clássica?* Os Regentes
11h - *Entrevista* - Victor Mattos, bioengenheiro, fala sobre a medicina quântica
12h - *Canal Médico* - Serões pediátricos - hipertensão e pediatria
13h - *TV Escola* - Uma TV cheia de história - São Paulo (SP)
13h30 - *Debate* - Sen. Júlio Eduardo e o dr. Adilson Oliveira, ginecologista e obstetra, falam sobre o câncer de mama
14h30 - *Espaço Cultural* - Encontro Internacional da MPB - parte 2
15h30 - *Missa Natal do Senhor* - Confraternização de encerramento do ano
17h - *Revista Brasília* - nº 17
18h - *Quem tem medo da música clássica?* Os Regentes
19h - *Tela Brasileira* - Lais Bodansky
19h30 - *Agenda Econômica* - Min. Francisco Dornelles fala sobre a geração de emprego e o FGTS

20h30 - *Entrevista* - Sen. Maguito Vilela fala sobre a situação das rodovias federais
21h - *Jornal do Senado*
21h10 - *Teatro Arthur Azevedo* - *As Sereias da Zona Sul*, de Miguel Falabella e Vicente Pereira
23h - *Entrevista* - Victor Mattos, bioengenheiro, fala sobre a medicina quântica
0h - *Revista Brasília* - nº 17

RÁDIO SENADO

HOJE

8h - *Agenda Senado*
Em seguida - Música e informação
9h - Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida - Música e informação
14h30 - Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida - Música e informação
19h - *A Voz do Brasil*
Em seguida - Música e informação
20h30 - *Senado em Linha Direta* - Edição Nordeste
Em seguida - Música e informação
21h - *Senado em Linha Direta* - Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida - Música e informação
21h30 - *Senado em Linha Direta* - Edição Sul/Sudeste
Em seguida - Música e informação

COMO SINTONIZAR

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
• Receptor ABR 200, ComStream
• LBN DR0 ComStream
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1, 11465600, 256000, 0 FD 1, 17, 1, 7

Ricardo Santos destaca novo plano estratégico do BNDES

Com a previsão de investir R\$ 75 bilhões até 2005, o documento, diz o senador, aponta uma nova trajetória de crescimento para o país

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) elogiou ontem em plenário o plano estratégico do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o período de 2000 a 2005, apresentado pelo presidente da instituição, Francisco Gros, em audiência pública. O senador disse que ficou impressionado com a abrangência do plano:

— Ele é concebido com base numa compreensão adequada dos problemas brasileiros, resultado de um sistemático processo de reflexão dos técnicos e do quadro dirigente do BNDES — afirmou, enumerando os desafios da economia brasileira, como estimular o crescimento, diminuir a vulnerabilidade externa, corrigir desequilíbrios regionais, melhorar as condições de vida nos centros urba-



Para Ricardo Santos, o plano estratégico do BNDES "rompe com o falso dilema que contrapõe desenvolvimento e estabilidade"

nos e gerar emprego e renda.

De acordo com Ricardo Santos, o BNDES, em seu plano, "rompe com o falso dilema que contrapõe desenvolvimento e estabilidade monetária", e apresenta uma "agenda positiva", capaz de apontar para uma nova traje-

tória de crescimento. Ele destacou os investimentos, da ordem de R\$ 75 bilhões, que deverão ser injetados na economia pela instituição até 2005.

Lembrando que o BNDES tem como função financiar a modernização do parque produtivo, incluindo aí as pequenas e médias empresas, projetos de infra-estrutura e o Programa Nacional de Desestatização, o senador enumerou algumas das áreas de investimento da instituição.

Entre os principais objetivos do BNDES, segundo Ricardo Santos, estão o financiamento das exportações, que representam 23% dos recursos; a consolidação da Diretoria de Ação Social e adoção de projetos multissetoriais; a ação da Superintendência de Desenvolvimento Regional, para incentivar economicamente regiões mais carentes; e os investimentos em transporte e desenvolvimento urbano.

Romero Jucá elogia ação do Basa no desenvolvimento da região amazônica

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) apresentou ao Plenário o balanço social do Banco da Amazônia (Basa) relativo ao ano de 1999, no qual a entidade apresenta os resultados obtidos como banco de apoio ao desenvolvimento da região. Jucá destacou a importância do Basa para a Amazônia, onde é ele responsável por 83% do volume total de crédito para empreendimentos rurais, agropecuários e industriais, abrangendo os estados do Pará, Amazonas, Roraima, Amapá, Acre, Rondônia, Mato Grosso, Tocantins e Maranhão.

Romero Jucá informou que o Basa, gestor dos recursos do Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Norte (FNO), recebeu no ano passado repasses de R\$ 337 milhões do governo federal, mas ampliou os investimentos do fundo para R\$ 434 milhões com recursos próprios. A maior parte deste dinheiro é destinada aos pequenos e microempreendedores, que receberam 98% dos empréstimos. "É desnecessário enfatizar



Jucá ressaltou o fato de o Basa ter destinado 98% de seus recursos a pequenos e microempreendedores

o que isso representa para a fixação do homem no campo na Amazônia", frisou o senador.

Jucá disse que há uma "crescente consciência ecológica" do corpo técnico do Basa, o que, na sua avaliação, é vital para uma região de características ambientais tão ricas e, ao mesmo tempo, tão frágeis. Segundo ele, o banco é signatário do

Protocolo Verde e tem procurado condicionar a concessão de financiamentos aos princípios consagrados no documento "Política Integrada para a Amazônia Legal" e na "Agenda Amazônia 21".

— A atuação do banco é marcante tanto na recuperação de áreas degradadas quanto na conservação e preservação do meio ambiente. Com a contribuição do Basa, está sendo implantado um sistema de informação mercadológica, com o objetivo de identificar oportunidades para a comercialização de produtos naturais de região, com o mínimo de impacto ambiental — acrescentou o senador.

Ainda em seu pronunciamento, Romero Jucá cumprimentou diretores e funcionários do Basa pelo trabalho realizado em favor do desenvolvimento da região.

— A população de todos os estados da Amazônia Legal, tenho certeza, sente-se protegida e esperançosa por poder contar com o apoio do Basa, que é nosso banco de fomento — concluiu.

Moreira registra a passagem do Dia Nacional da Romênia

Na condição de presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Romênia, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) lembrou a comemoração, no último dia 1º, do Dia Nacional daquela nação. A data registra a proclamação, em 1918, na cidade de Alba Iulia, da união da Transilvânia com a Romênia, realizando a união nacional, informou o senador.

Moreira Mendes disse que quando esteve na Romênia, em julho último, chefiando a delegação brasileira parlamentar àquele país, teve a oportunidade de constatar o resultado da força de uma nação em busca do sonho da democracia. O senador destacou que a Romênia foi o primeiro país ex-socialista que conseguiu adotar uma nova Constituição democrática depois da derrubada do regime ditatorial, em dezembro de 1989.

O senador lembrou a reforma política e econômica por que passou o país, ressaltando que os romenos enfrentaram grandes desafios decorrentes da difícil transição



Segundo Moreira, a Romênia foi o primeiro país ex-socialista a adotar uma Constituição democrática

para a economia de mercado. Moreira Mendes assinalou as afinidades das culturas romena e brasileira, ambas de origem latina, e disse que os dois países ocupam posições estratégicas dentro da economia da Europa Central e da América do Sul. O estreitamento de relações entre as duas nações, observou o senador, foi marcado pela missão parlamentar brasileira e pela visita oficial do presidente da Romênia ao Brasil, em julho último.

Antero pede que seja cumprida resolução que impede o porte de armas nas dependências do Senado Federal



Antero de Barros cobra medidas para impedir porte de armas no Senado

O senador Antero de Barros (PSDB-MT) apresentou ontem questão de ordem para que a Mesa Diretora adote as medidas necessárias para impedir o porte de armas nas dependências do Senado. O senador quer a aplicação da norma prevista na Resolução 17, de 1993, que dá competência ao corregedor parlamentar para supervisionar o cumprimento da proibição.

Ao zelar pela observância da regra contida na resolução, o corregedor parlamentar também teria poderes para revistar e desar-

mar cidadãos em trânsito pelo Senado. "Essa é uma preocupação de toda a Casa, e o que estamos pedindo é que se tomem as providências para que seja aplicada esta norma regimental", explicou o senador.

A solicitação de Antero de Barros foi recebida pelo presidente em exercício da sessão plenária, senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), que se comprometeu a encaminhar o pedido de informações sobre o porte de armas à deliberação da Mesa Diretora.



Eduardo Siqueira Campos vê quebra de sigilo na atuação das empresas de informações de crédito

Eduardo quer saber como o BC controla a Serasa

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) manifestou sua preocupação com o cadastro mantido pela Serasa sobre consumidores, baseado nos dados oficiais da Receita Federal. “Considero quebra de sigilo bancário e fiscal que uma empresa privada, criada para fornecer dados sobre clientes inadimplentes no comércio, possa ter acesso a informações cadastrais até de quem não tem problemas de crédito na praça”, afirmou.

Eduardo disse ter enviado um requerimento de informações ao Banco Central, indagando qual o tipo de monitoramento mantido sobre a Serasa e outras empresas do gênero. Acrescentou ter se sentido “desconfortável” diante da evidência demonstrada pela empresa de dispor de informações cadastrais suas e de outros senadores, com a rubrica “nada consta”.

O senador afirmou, ainda, ter enviado ao Ministério Público todas as informações obtidas durante a audiência pública realizada na quarta-feira, na Comissão de Assuntos Econômicos, com o presidente da Serasa, Elcio de Lucca, e o advogado Edilson Galdino, que acusa a empresa de violação de direitos constitucionais do cidadão.

Em apartes, os senadores Leomar Quintanilha (PPB-TO) e Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestaram surpresa diante da fragilidade que cerca as informações cadastrais oficiais do cidadão.

— Precisamos saber que instrumento legal uma empresa particular utiliza para organizar seu cadastro e averiguar como é possível obter dados sobre credores, antes mesmo que eles próprios sejam notificados — disse Quintanilha.

Universidade do Legislativo pode entrar em funcionamento este ano, diz Patrocínio

Segundo-secretário do Senado manifesta expectativa de que a criação da UniLegis represente “uma etapa decisiva no processo de mudança social no país”

A Universidade do Legislativo Brasileiro (UniLegis) poderá entrar em funcionamento até o final deste ano, segundo informou o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO). Para que isso ocorra, será necessário que o Plenário referende o Projeto de Resolução 77, aprovado no final de novembro pela Comissão de Educação do Senado.

Voltada para o estudo aprofundado da política e do Parlamento, a UniLegis foi planejada como um instrumento do Senado para democratizar o ensino e facilitar o acesso ao conhecimento e à informação. Por meio da UniLegis, a sociedade será informada sobre as atividades do Poder Legislativo e os dirigentes e servidores públi-

cos poderão receber treinamento em áreas vitais para a melhoria da administração e do gasto públicos.

— Considero a criação da UniLegis uma etapa decisiva no processo de mudança social em nosso país — disse Patrocínio.

O senador lembrou que em setembro dois atos administrativos deram seqüência à decisão de criar a UniLegis: primeiramente foi constituída uma comissão especial, formada em sua grande maioria por diretores do Senado, encarregada de tomar as providências para o início dos trabalhos da universidade. A comissão, por sua vez, formou dois grupos técnicos, um encarregado do projeto pedagógico e do estatuto da UniLegis e



Patrocínio: orgulho por ver o complexo de comunicação do Senado a serviço da sociedade

o outro, de aspectos operacionais como a estrutura física, a rede de informática e os recursos humanos.

— É com orgulho que, sendo o segundo-secretário do Senado e

presidente do Conselho de Supervisão do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), vejo o complexo de comunicação desta Casa ser colocado a serviço da sociedade. Mídias distintas como a TV Senado, o Canal Educativo do Sistema Vozes e Imagem dos Plenários e a Internet, além de material impresso serão utilizados em teleconferências, palestras e seminários.

Carlos Patrocínio informou que o trabalho do ILB “pode e deve ser ampliado, doravante englobado pela Universidade do Legislativo”. No entender do senador, as duas instituições têm propósitos e campos de atuação semelhantes, sendo natural a sua convergência.

Suplicy vai disputar a candidatura do PT à Presidência da República

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou ontem, em plenário, que no último final de semana inscreveu-se como candidato às prévias que o Partido dos Trabalhadores (PT) realizará internamente. Suplicy declarou que estará, de agora em diante, defendendo projetos como a garantia de renda mínima, para que ele ou o candidato escolhido pelo PT possa apresentar a proposta à nação na campanha eleitoral de 2002.

— Estarei defendendo essas idéias para todo e qualquer candidato que o PT venha a escolher e, inclusive, para toda a oposição. A partir desta semana, estarei defendendo essas idéias por todas as tribunas do Brasil, com a convicção de que estarei melhor servindo ao meu país — declarou Suplicy.

O senador explicou o artigo que escreveu para publicação do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP), envolvendo três temas: a persistência da desigualdade, o endividamento crescente e o caminho para a igualdade no Brasil. O texto, disse Suplicy, analisa a economia brasileira, caracterizada pela desigualdade de raízes históricas, como a estrutura fundiária colonial, e pela

política econômica, baseada em altíssimas taxas de juros e endividamento crescente, que leva a economia a períodos de recessão.

No artigo, Suplicy propõe medidas para “enfrentar o dilema da desigualdade e chegar à equidade”. Para ele, é preciso instituir políticas públicas que incentivem a elaboração participativa do orçamento, uma reforma agrária mais rápida, o cooperativismo, a democratização das relações entre empregados e empregadores e o microcrédito com ações como o “Banco do Povo”.

Ele destacou ainda que devem ser oferecidas oportunidades de

educação de acordo com as idéias difundidas por Anísio Teixeira e Paulo Freire, “que defenderam a necessidade de que o aprendizado seja um processo conscientizador, para que as pessoas transformem suas próprias vidas”.

Além disso, Suplicy entende que somente uma renda garantida a todas as pessoas pode permitir a todos o direito inalienável de participar da riqueza da nação. Ele calculou que, se o governo pagasse R\$ 40 por mês para cada brasileiro, o Estado teria uma despesa de R\$ 80,1 bilhões por ano.

— Será essa quantia extraordinária? Em 1999, o país pagou R\$ 84 bilhões de juros da dívida interna e externa. Não estou dizendo que devemos parar de pagar a dívida. Estou afirmando que, se estamos conseguindo pagar aos proprietários de títulos do governo, será que em breve espaço de tempo não teremos condições de garantir uma renda mínima que pode transformar a condição de vida dos milhões de brasileiros? — questionou o senador, que acredita que, já em meados do próximo mandato presidencial, o país instituirá um programa desse tipo que beneficie a todos os brasileiros.



Eduardo Suplicy quer difundir em todo o país a proposta de garantia de renda mínima



Ernandes Amorim foi eleito prefeito de Ariquemes, onde quer implantar a bolsa-escola

Amorim elogia o Programa Bolsa-Escola

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) defendeu o Programa Bolsa-Escola, que consiste no pagamento de um salário a famílias carentes com filhos na escola. Mas disse que a implantação do programa em escala nacional deverá ter rigorosos mecanismos de fiscalização.

Eleito prefeito de Ariquemes (RO), Amorim disse que vai implantar programas de combate à miséria, como a bolsa-escola. Para ele, isso permitirá mais circulação de dinheiro e gerará empregos — ao contrário da distribuição de cestas básicas, que considera assistencialista. Ele admite que a distribuição de cestas é capaz de ajudar de forma emergencial os necessitados, mas acha que a comida grátis restringe iniciativas das comunidades para se desenvolver economicamente.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Antonio Carlos Magalhães, Geraldo Melo, Ademir Andrade, Carlos Patrocínio, Leomar Quintanilha e Eduardo Siqueira Campos